

# Escolas privadas de propina reduzida e o direito à educação



Documento  
Informativo da  
CGE

## O que são as escolas privadas de propina reduzida?

Ao longo dos últimos anos, houve uma rápida expansão das geralmente chamadas 'escolas privadas de propina reduzida' (EPPR) - também conhecidas como de 'baixo custo' ou 'acessíveis' - em países de baixo e médio rendimento.

As principais características destas escolas são serem escolas seculares com propina que visam as pessoas (comparativamente) pobres, em vez das elites ricas que muitas vezes pagam por um ensino privado muito caro. Tais escolas estão longe de ser algo novo, mas as provas disponíveis sugerem um crescimento recente significativo. No entanto, os detalhes da estrutura, propriedade e operação, podem variar.

- **Estatuto:** Por vezes são escolas registadas formalmente e reconhecidas pelo Estado, outras vezes operam extraoficialmente e sem qualquer supervisão regulatória.
- **Propriedade:** Muitas são pequenas escolas, propriedade de particulares, mas há também um fenómeno crescente de cadeias de escolas privadas de propina reduzida, propriedade de empresas maiores. Todas as Escolas Privadas de Propina Reduzida (EPPR) cobram propinas, mas algumas não têm fins lucrativos, enquanto muitas outras são geridas como um negócio para ganhar dinheiro.
- **Ensino e aprendizagem:** As EPPR normalmente empregam professorado não qualificado, com salários muito mais baixos e com menor segurança no emprego do que as escolas públicas. Muitas abordam explicitamente o ensino como uma profissão de baixa qualificação, e com baixos salários, em vez de uma profissão qualificada. Em muitas das cadeias de escolas, os professores e as professoras recebem um 'guião' (num tablet, por exemplo) para passar às crianças. Muitas EPPR centram-se no resultado de aprovação nos testes oficiais, pois os resultados dos testes são uma importante ferramenta de marketing para atrair mais clientes.

## Quais são as tendências em termos de EPPR?

Os números mostram uma grande expansão das EPPR em vários países de baixo e médio rendimento que ainda lutam para alcançar o direito à educação para todos e todas. Há um aumento notável e rápido em particular em países como a Índia, o Paquistão, o Peru, a Nigéria, o Quênia e o Gana.

- **A expansão das cadeias com fins lucrativos.** Uma razão potencial para esta tendência de crescimento é a expansão de cadeias de escolas privadas de propina reduzida com fins lucrativos. Inclui a Bridge International Academies (Quênia, Nigéria, Índia, Uganda, e, controversamente, Libéria - ver Capítulo 2, Estudo de Caso 2A no kit de ferramentas "O bem público sobre o lucro privado" para mais informações - Omega (Gana) e APEC (escolas secundárias nas Filipinas).
- **Apoiantes de cadeias com fins lucrativos.** Apoiantes incluem Pearson, a maior empresa de educação do mundo, que tem investido cada vez mais em África e na Ásia, nos níveis pré-primário, primário e secundário. Há também o apoio de bilionários filantrópicos, tais como Bill Gates e Mark Zuckerberg. Há também o apoio dos doadores - incluindo organizações bilaterais, como o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DfID); bancos regionais, como o Banco de Desenvolvimento da Ásia; e o Banco Mundial incluindo a Associação Internacional de Desenvolvimento. Por exemplo, o Banco Mundial, através da sua Corporação Financeira Internacional, já investiu 10 milhões de dólares para expandir as Bridge International Academies no Quênia e noutros países, e para atrair outras empresas.
- **Margens de lucro.** As escolas com fins lucrativos incluem escolas pontuais dirigidas por 'empreendedores da educação' individuais, e cadeias de escolas apoiadas por investidores de grande escala que procuram um lucro substancial. Pode fazer-se bastante dinheiro, mesmo a partir de propinas relativamente baixas. Para além das margens de lucro que advêm da cobrança de propinas nas EPPR, empresas de maior dimensão relacionadas com a educação fazem lucro com o desenvolvimento e venda de livros didáticos, desenvolvimento de curriculum e infraestrutura TIC.

Introduzir, e aumentar, o envolvimento do sector privado na educação - em particular o sector privado com fins lucrativos - tem inevitavelmente um impacto sobre o direito à educação, de que o Estado é o principal responsável. Ao permitir aumento de prestadores privados, ou convidando tais empresas de educação a oferecer os seus serviços, o papel do estado deixa de ser o de principal prestador de serviço e passa para um papel de supervisão. Isto leva a uma erosão dos sistemas de ensino públicos e a um excesso de confiança na infraestrutura privada, tornando o fornecimento de educação a longo prazo menos sustentável.

### Quais são as preocupações em relação às escolas privadas de propina reduzida?

A CGE não se opõe à educação privada em si. Mais propriamente, a CGE tem sérias preocupações em relação ao funcionamento de muitas EPPR, o seu crescimento generalizado e rápido (particularmente as grandes cadeias de escolas com fins lucrativos apoiadas por poderosos atores externos), e as propostas para as aceitar como parte da realização da educação para todos e todas. Isto pode prejudicar o acesso, equidade e inclusão, qualidade e a educação como um bem público. Isto ameaça, ao invés de fazer avançar, a realização do direito à educação.

- **Falhas de acessibilidade:** Estudos repetidos têm mostrado que as escolas 'de propina reduzida' não são acessíveis para as pessoas mais pobres. As propinas cobradas não são reduzidas em comparação com os níveis de salário mínimo ou com a média dos salários na maior parte dos países de baixo e médio rendimento, especialmente para famílias com mais do que um filho ou uma filha. Além disso, as propinas constituem apenas uma parte do custo total de enviar as crianças à escola, que inclui também os livros, uniforme, transporte, taxas de testes, e assim por diante.
- **Falhas de equidade:** Estes custos são uma barreira não apenas para as crianças mais pobres. Quando as famílias precisam de encontrar recursos significativos para enviar os seus filhos e filhas para a escola, as meninas, as crianças mais jovens e portadoras de deficiência são muitas vezes aquelas que ficam a perder. A concentração de EPPR em zonas urbanas de fixação informal significa que não são uma solução viável para crianças em áreas rurais - algumas pesquisas sugerem que estas escolas só são viáveis porque dependem de infraestrutura urbana. Além disso, a discriminação também ocorre através da seleção implícita ou explícita de e alunas. Muitas escolas dependem dos resultados de testes para atrair 'clientes' e pesquisa revelou discriminação em relação a crianças cujas circunstâncias podem ter impacto no seu desempenho nos testes.

- **Desigualdade sistémica e segregação:** A expansão das EPPR pode contribuir para mais estratificação dos sistemas de educação, em que escolas de qualidade diferente - com preços diferentes - atendem a grupos socioeconómicos diferentes. Isto origina um sistema público negligenciado, no qual as famílias com maior influência económica e política não têm interesse, e que cada vez mais atende apenas as crianças marginalizadas. Isto contribui para a desigualdade, segregação social e maior estratificação social, e enfraquece o papel que a educação desempenha como um bem público.
- **Falhas de qualidade:** Embora seja verdade que muitas escolas públicas são insatisfatórias, as EPPR em geral não oferecem melhor qualidade. Exames rigorosos das evidências disponíveis em vários países não encontraram qualquer vantagem clara de qualidade nas escolas do sector privado - muito menos nas EPPR - quando se consideram as vantagens sociais (rendimento familiar, pais e mães alfabetizados, melhor nutrição, etc.). As EPPR conseguem manter os custos "reduzidos" em grande parte através da contratação de professores e professoras sem qualificação, com contratos a curto prazo e pagando-lhes salários de miséria, às vezes abaixo do salário mínimo, e limitando o investimento em infraestrutura e materiais. Manter as propinas "reduzidas", tendo muitas vezes o objetivo de lucro, não produz uma educação de qualidade.
- **Falhas da sustentabilidade:** as escolas de propina reduzida estão sujeitas a encerramentos frequentes, devido a falta de sustentabilidade ou, muitas vezes, porque não estão devidamente registadas ou não cumprem os necessários padrões governamentais. Além disso, as famílias mais pobres, a quem são dirigidas comercialmente estas escolas, muitas vezes não podem pagar as propinas em tempos de escassez, levando à interrupção na educação das crianças, especialmente daquelas que frequentam as escolas 'pague o que usar', como as escolas operadas pela Omega no Gana. Isto prejudica seriamente a educação das crianças.

Este documento baseia-se no relatório da Campanha Global pela Educação, *Lucro Privado, Prejuízos Públicos: por que razão a tendência para as escolas privadas de propina reduzida está a pôr em causa a educação de qualidade* (2016).

Foi escrito por Jo Walker e editado por Shaharazad Abuel-Ealeh para a Campanha Global pela Educação.